

A sociabilidade intelectual e política entre a CEPAL e a CIEPLAN durante o regime autoritário chileno (1973-1990): a oposição aos *Chicago Boys* e o neoestruturalismo

I always thought that the link between the ECLAC secretariat and the domestic environment in Chile was much too strong. It had a tremendous influence on what the institution was doing... on what it was thinking [...] This is something that hasn't been studied or even talked about [...] one probably could write a very interesting essay about how domestic affairs in Chile influenced ECLAC, much more than how ECLAC influenced Chile.

Gert Rosenthal, 2001.

Marcos Taroco Resende¹

Área 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico.

RESUMO: A implementação das políticas econômicas neoliberais durante o regime autoritário chileno (1973-1990) foi uma inflexão radical contra a estratégia de desenvolvimento via industrialização e planejamento estatal. Esse modelo vinha sendo influenciado na América Latina em geral, e no Chile em particular, pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) desde a década de 1950. Embora as ideias e a história da CEPAL seja alvo de grande interesse da historiografia, ainda não existem trabalhos que abordem sistematicamente a atuação da CEPAL neste contexto histórico particular, lacuna a partir da qual este trabalho visa contribuir. Argumenta-se que nesse período os economistas cepalinos forjaram uma sociabilidade política e intelectual com os membros da *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN), se opondo às políticas econômicas neoliberais dos *Chicago Boys*. Esse intercâmbio de ideias e propostas era caracterizado por um grande interesse nas primeiras experiências neoliberais na região, mas em particular no caso chileno, cujos elementos eram mobilizados na redefinição do referencial teórico e analítico da CEPAL e da CIEPLAN, que convergiram para o neoestruturalismo no fim da década de 1980.

1. Introdução

A implementação das políticas econômicas neoliberais pelos *Chicago Boys* durante a ditadura militar chilena (1973-1990) foi uma inflexão radical contra a estratégia de desenvolvimento via industrialização e intervenção do Estado, que vinham sendo influenciadas na América Latina em geral, e em particular, no Chile, pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), desde a década de 1950. Existe uma bibliografia extensa sobre a história e o pensamento da CEPAL, de diferentes recortes e ângulos analíticos. Apesar do tão evidente entre os estilos profissionais e as ideias econômicas dos *Chicago Boys* e dos cepalinos, não há ainda trabalhos que analisem a atuação da CEPAL frente à expansão das políticas e das ideias neoliberais no país da sua sede.

De um lado, a literatura é concentrada em análises gerais e globais, passando de forma superficial por este capítulo marcante na região, geralmente apenas como mais um dado que explica a mudança no pensamento cepalino nas décadas de 1970 e 1980 e se concentrando no seu posicionamento contra uma “ortodoxia neoliberal”, muitas vezes “exógena”, “internacional” e

¹ Doutorando em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. Mestre em Economia pela UNIFAL-MG. Email: marcostaroco07@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço aos valiosos comentários de Isadora Pelegrini, Juliana Moreira Gagliardi e Thiago Gambi, os quais, naturalmente, são eximidos de qualquer responsabilidade acerca de eventuais problemas com os argumentos construídos.

identificada com o receituário do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (BIELSCHOWSKY, 2000; VITAGLIANO, 2004; RODRÍGUEZ, 2009). De outro lado, há alguns trabalhos que apontam algumas questões mais particulares da importância do contexto chileno (LOVE, 1996; ROSENTHAL, 2004; DOSMAN, 2011), mas de forma superficial e temporalmente espaçada, não explorando sistematicamente esse contexto como objeto de investigação central.

O argumento do artigo é que, a despeito do ambiente desfavorável ao desenvolvimento das suas ideias e das restrições de natureza institucional, a CEPAL não ficou alheia ao contexto político chileno, atuando como um agente importante da oposição (não declarada) ao regime. Dentre várias iniciativas, que fazem parte de uma pesquisa mais ampla sobre o mesmo tema, neste texto destaca-se como os economistas cepalinos e a CEPAL, institucionalmente, mantiveram intensas ligações com o centro de pesquisa independente *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN).

A CIEPLAN é considerada “*the first open (tolerated) activities opposing the military government and the neoliberal technocracy*” (SILVA, 1991, p.403). Esse grupo de economistas — cujos membros também cursaram pós-graduação em Economia em universidades norte-americanas de prestígio — monitoravam, criticavam e buscavam alternativas às políticas econômicas implementadas pela ditadura, tornando-se um dos principais grupos de oposição, desempenhando papel importante no processo de abertura política. No retorno à democracia assumiram os principais cargos de decisão econômica nos governos da *Concertación de los Partidos por la Democracia*, como por exemplo, no governo de Patricio Alwyn, Alejandro Foxley assumiu o Ministério da Fazenda e outros (SILVA, 1991)². Há uma certa leitura influente no debate político, mas que também se expressa em trabalhos acadêmicos (MOULIAN, 1997), que os economistas da CIEPLAN, embora o criticassem anteriormente, mantiveram o modelo econômico da ditadura, rendendo-se à onda “neoliberal” da década de 1990.

Contra essa suposta “conversão”, Morales e Monasterio (2020) reconstituem a história intelectual e política da CIEPLAN, trazendo a atuação e suas ideias, no marco da influência dos contextos de produção do conhecimento, evitando o anacronismo e oferecendo elementos importantes para a reconstituição história da atuação da CEPAL. Os autores argumentam que a CIEPLAN “*no renunció a la crítica respecto a los Chicago boys [...] mantuvieron una cierta coherencia [...] tratando de buscar un modelo alternativo de desarrollo para Chile y formulando una suerte de 'neoestructuralismo aplicado'*” (MORALES; MONASTERIO, 2020, p.134).

Neste sentido, o presente trabalho contribui para a literatura ao analisar como ambas instituições e seus membros formaram laços institucionais durante o regime militar chileno, bem

² Com ainda uma menor atenção relativa em relação aos *Chicago Boys*, a literatura sobre a o papel e a trajetória intelectual e política da CIEPLAN vêm crescendo na última década (SILVA, 1991; GÁRATE, 2012; MAILLET *et al*, 2016; MORALES; FUENTES, 2017; MORALES; 2018; MORALES; MONASTERIO, 2020).

como reivindicando o papel da CEPAL como opositora ao regime. Este intercâmbio intelectual e político estreito, mediado e influenciado pelo regime militar chileno, é avaliado tendo em conta as transformações intelectuais internas da CEPAL e a tentativa de formatação de uma nova abordagem, que eventualmente veio a se chamar “neoestruturalismo”, em resposta ao contexto de influência das experiências liberais dos países latino-americanos e os programas de ajuste da dívida externa patrocinado por instituições multilaterais.

Para além da introdução e considerações finais, o artigo está dividindo em mais quatro seções. Na seção 2, discute-se a importância das relações institucionais das instituições nos primeiros anos de existência da CIEPLAN como centro de pesquisa independente, sobretudo, por encomendas de estudos econômicos na forma consultoria. Na seção 3, destaca-se os papéis de Aníbal Pinto e Joseph Ramos, que se vincularam simultaneamente à CEPAL e à CIEPLAN na década de 1980 com publicações de trabalhos na revista da CIEPLAN, *Colección Estudios*. Na quarta seção, analisa-se algumas transformações internas da CEPAL nas críticas, aprendizados e reflexões das experiências neoliberais, e do Chile em particular, bem como a importância da relação com a CIEPLAN para isso. Finalmente, na última seção, explora-se, ao final da década de 1980, a convergência das ideias da CEPAL e a CIEPLAN para o neoestruturalismo.

2. O alvorecer de uma relação: interações oficiais da CEPAL nos primeiros anos de existência da CIEPLAN

A *Corporación de Estudios para Latinoamérica* (CIEPLAN) foi fundada em 1970 como um centro de pesquisas chamado *Centro de Estudios de Planificación Nacional* (CIEPLAN), vinculado à Faculdade de Economia da Universidade Católica. Entretanto, após o golpe no Chile e o clima hostil dentro da universidade, com o avanço do *gremialismo* nas instâncias superiores e da dominação intelectual dos *Chicago Boys* na universidade, em 1976, os membros da instituição resolveram torná-la um centro de pesquisa independente. Em seus primeiros anos, a CIEPLAN contou com o apoio financeiro da Fundação Ford, da Academia de Humanismo Cristiano (AHC) e do *Programa Regional del Empleo para a América Latina y el Caribe* (PREALC), instituição da Organização Internacional do Trabalho (FOXLEY, 1993; SILVA, 1991; MORALES; MONASTERIO, 2020).

Desde o início, a CEPAL e a CIEPLAN forjaram laços iniciais, de natureza tipicamente institucional, expressadas em ações, acordos de cooperação, consultorias, e etc. Em primeiro lugar, o Informe Anual das atividades da CEPAL nos anos 1976 e 1977 indica que a CEPAL e a CIEPLAN financiaram juntas o evento *Mesa Redonda-América Latina y el nuevo orden económico internacional* no dia 19 de novembro de 1976 (CEPAL, 1977, 76). Embora não tenha sido possível averiguar o teor e os desdobramentos do evento, cabe contextualizar que foi no mesmo ano que a CIEPLAN se tornou um centro de pesquisa independente em relação à Universidade Católica,

possuindo ainda dificuldades para se manter. Neste sentido, um evento em conjunto com a CEPAL, pode ser interpretado como uma das múltiplas ações para o fortalecimento do centro de pesquisa.

Ademais, em 1978, a CIEPLAN também participou, ao lado de outros órgãos e centros de pesquisa, do *Programa de Cooperación entre Organismos de Planificación, 1978-1989*, colaborando para a revisão da bibliografia para os cursos ofertados pelo ILPES aos governos da América Latina (CEPAL, 1978). Os economistas da CIEPLAN também participavam de eventos realizados na CEPAL. Em 1985, Ricardo Ffrench-Davis e Alejandro Foxley participaram da Reunião de Especialistas sobre Crise e Desenvolvimento na América Latina e Caribe, realizada em maio na sede da CEPAL (CEPAL, 1985, p.4). Para além disso, Enrique Iglesias e Norberto González participaram do seminário *The International Economy and Developing Countries* organizado pela CIEPLAN em maio de 1978 (FFRENCH-DAVIS; TIRONI, 1982).

Além disso, a biblioteca da CEPAL recebia e organizava em seu acervo diversas publicações da CIEPLAN, como notas técnicas, *Apuntes CIEPLAN*, *Estudios CIEPLAN*, *Colección Estudios CIEPLAN* (BIBLIOTECA DA CEPAL, 1981, p.159). Essa fonte não deve ser superestimada, uma vez que é natural que bibliotecas recebam regularmente publicações de diversas instituições nacionais e internacionais. Porém, ela se torna mais importante se considerada a quantidade de trabalhos dos economistas da CIEPLAN citados pelos economistas da CEPAL no período, indicando um contato íntimo de consulta manual aos textos, uma vez que não havia naquele contexto facilidade de acessá-los em meios digitais.

Apesar de pontuais, essas evidências relevam o envolvimento institucional da CIEPLAN com as atividades da CEPAL e vice-versa. De forma mais significativa, ressalta-se que houve uma colaboração institucional entre as duas instituições por meio de vários estudos encomendados pela CEPAL à CIEPLAN, que nomeou algum membro do seu quadro de pessoal, algo que se tornaria recorrente durante toda a década de 1980. Os economistas da CIEPLAN elaboraram uma série de estudos encomendados pela CEPAL acerca do tema da pobreza e das políticas sociais. Em 1977, Pilar Vergara realizou um estudo sobre a pobreza rural para o ILPES, com especial interesse e aplicação ao caso do Chile, sistematizando e discutindo os limites de uma metodologia de identificação e mensuração da pobreza, a partir do conceito de pobreza absoluta, que considera a insuficiência de níveis mínimos de renda para atender as necessidades mais básicas (VERGARA, 1977). A autora concebeu que as políticas públicas de distribuição de renda praticadas via mercado e preços não eram capazes de atingir os grupos mais necessitados. Neste sentido, “*las políticas redistributivas deben ser selectivas, en el sentido de favorecer a grupos sociales y económicos específicos*” (VERGARA, 1977, p.2).

O mesmo tipo de “consultoria” se deu em 1979, com o estudo encomendado a Ernesto Tironi sobre as políticas governamentais contra a pobreza e acesso aos serviços públicos (TIRONI, 1979a).

O mesmo trabalho foi republicado no mesmo ano na *Colección de Estudios CIEPLAN*, com autorização da CEPAL (TIRONI, 1979b). Nesse estudo, o autor se propôs a analisar o fenômeno da pobreza teórica e empiricamente, pontuando a incapacidade da teoria neoclássica de entender o fenômeno e oferecer caminhos, bem como a justificação para a intervenção estatal para superar a pobreza. Ele também enfatizou também a necessidade no curto prazo, devido aos recursos escassos, de se dar prioridade a políticas públicas específicas e focadas para a erradicação da pobreza e que ao longo do tempo seria fundamental a implementação de políticas mais gerais. Por fim, o estudo encomendado que ficou a cargo de José Pablo Arellano, se dedicou a estudar as possibilidades e os efeitos dos gastos sociais na América Latina. O autor destacou que os gastos públicos sociais subsidiados, dadas às restrições orçamentárias, deveriam ser focados na reestruturação dos serviços públicos – saúde, moradia, redes de esgoto, ensino superior e seguridade social — para que atingisse a maior cobertura possível na população especificamente pobre (ARELLANO, 1981, p.27).

É importante ressaltar que o tema da pobreza estava em evidência e uma preocupação cada vez maior no Chile, com vários estudos que focavam na população urbana, no âmbito da CIEPLAN, com René Córdazar e na *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN), com Sérgio Silva, que ingressou na CEPAL em 1974. A preocupação da CEPAL com a importância do tema da pobreza em sua agenda era reflexo das angústias do período. Evidências desses laços que perduraram entre as instituições acerca do tema da pobreza, é que em 1991 a CEPAL publicou na *Colección Estudios CIEPLAN* um artigo que media a extrema pobreza no Chile em 1987 em torno de 38% da população, diagnosticando um substancial aumento em comparação aos 17% de 1970 (CEPAL, 1991, p.107). Em suma, os estudos encomendados aos economistas da CIEPLAN proporcionaram um acúmulo de trocas de experiências importantes e uma crescente reflexão sobre a importância de políticas econômicas e sociais seletivas, algo que se tornaria parte indissociável da agenda de *transformación productiva con equidad* do neoestruturalismo da CEPAL no final dos anos 1980 e 1990 (CEPAL, 1990) e para a própria estratégia de *crecimiento con equidade* do primeiro governo da *Concertación de Partidos por la Democracia*, no qual os economistas da CIEPLAN ingressaram no alto escalão dos cargos de decisão econômica. Durante os anos 1980, principalmente, e estimuladas pela grave crise econômica e financeira do regime militar chileno — que resultou na maior recessão da América Latina, na magnitude de 14% em 1982 (FFRENCH-DAVIS, 2010, p.18) — a sociabilidade intelectual e política se aprofundou, por diversos mecanismos e canais.

3. A dupla filiação de Aníbal Pinto e Joseph Ramos e o olhar da CEPAL para o caso chileno e outras experiências neoliberais

Ao mesmo tempo que trabalhavam na CEPAL, Aníbal Pinto e Joseph Ramos se associaram à CIEPLAN, o primeiro em 1981 e o segundo em 1982. Com estilos profissionais diferentes,

publicaram importantes textos na *Colección Estudios*, publicada pela CIEPLAN, contribuindo para a crítica aos aspectos econômicos e políticos do regime autoritário chileno.

Os textos de Aníbal Pinto na CIEPLAN recorrem à história para subsidiar, organizar e enfatizar argumentos sobre aspectos do “tempo presente” do contexto em que vivia. Essa é uma característica proeminente do artigo *Estado y Gran Empresa: de la precrisis hasta el Gobierno de Jorge Alessandri*, publicado em 1985 e produzido no âmbito do programa de pesquisa da CIEPLAN denominado *Estrategias de Desarrollo y Democracia*. Pinto (1985) analisou a história econômica chilena de maneira retrospectiva, tendo como eixo organizador a relação entre o Estado e os empresários desde princípios do século XX até o governo de Jorge Alessandri (1958-1964). Excedendo uma recapitulação histórica desinteressada, o autor deixou claro suas implicações para a crítica às transformações econômicas do regime: recuperar a “memória histórica” e “*ayudarnos a entender mejor lo que sucede con posterioridad y a descifrar las incógnitas angustiosas que ha dejado planteadas el voluntarismo ortodoxo en su empeño por implantar su propio molde ‘a-histórico’*” (PINTO, 1985, p.6). O argumento principal do texto é que por diferentes modalidades e rearranjos com os empresários e diversos grupos políticos, o Estado foi uma instituição fundamental na história chilena, na promoção da industrialização e do desenvolvimento, em especial a partir da ascensão da Frente Popular em 1938, como Estado empresário (atuando no investimento produtivo) e Estado programador (criando condições e oportunidades para o fortalecimento do setor privado).

Aníbal Pinto (1985) considerou que a função do Estado programador permitiu um amplo e diversificado desenvolvimento empresarial privado desde a década de 1930 e de sua força política, a ponto de influenciar diretamente uma candidatura alternativa (e vitória) a presidente, de Jorge Alessandri (1958-1964). Entretanto, longe das expectativas de resignificar o papel predominante da “Grande empresa privada” na economia nacional, a experiência teria demonstrado, segundo Pinto (1985, p.37-38), que ela, em sua face “*concreta y no schumpeteriana - si requería una batería más adecuada de estímulos y correctivos [...] necesitaba en mayor medida de la brújula, el lazarillo, y en último término, la asociación y liderato definidos del poder público y sus agencias*”.

Na perspectiva do autor, a política econômica do governo Alessandri frustrou-se. Em um primeiro momento, diminuiu-se a intervenção do Estado e desvalorizou-se a moeda para estimular exportações. Porém, com o passar do tempo, começou-se a priorizar a expansão do investimento interno, induzindo uma ampla liberalização do comércio exterior e o aumento das exportações. Esse processo levou a crise em 1961 e 1962, o que fez o governo retomar todas as intervenções no comércio exterior. Aníbal Pinto enxergou essa experiência como um tipo de “premonição” do mesmo tipo de experimento que levou o Chile à severa crise de 1982 durante o regime de Pinochet. Entretanto, apontando como lição, o autor enfatizou que o governo Alessandri não foi tão longe quanto a ditadura,

mantendo sua tradicional função de investimentos públicos em moradias e ferrovias, o que teria contribuído para um razoável crescimento econômico (PINTO, 1985, p.35).

A exaltação da importância do Estado e a crítica a concepção de um Estado subsidiário foi um tema muito explorado pelo autor em suas publicações na CIEPLAN. Em outro texto, intitulado *La ofensiva contra el estado-empresario*, Pinto (1987) retomou essa discussão, tendo foco as privatizações durante o regime militar chileno. Essa ofensiva contra um Estado empresário seria composta e articulada por um amplo conjunto de atores políticos do mundo e do Chile. No plano internacional, Aníbal Pinto identificou os ventos vindos dos Estados Unidos e da Inglaterra, influenciados pelo “velho liberalismo econômico” de Adam Smith e da Escola Austríaca, de Hayek e outros. No Chile, o ataque ao Estado estaria vindo “[...] *de la escuela de Chicago y de instituciones como el Fondo Monetario y el Banco Mundial, cuyos recursos e influencias la respaldan poderosamente*” (PINTO, 1987, p.117). Para examinar criticamente essa “ofensiva”, Aníbal Pinto defendeu o legado, o projeto e a importância da *Corporación de Fomento a la Producción* (CORFO), agência de planejamento e coordenação das empresas estatais chilena para o desenvolvimento do Chile e criticou as privatizações sob diversos ângulos.

O autor lamentou que todos os papéis do Estado no desenvolvimento econômico desde o fim do século XIX tenham sido ideologicamente desconsiderados “*del examen ‘economicista’ - tan difundido en el presente - que se resiste a considerar factores ajenos a la ‘eficiencia contable’*” (PINTO, 1987, p.121). O autor defendeu a CORFO dos adjetivos de “estatista” e “protecionista”. Para ele, a instituição estimulou investimentos privados em diversos setores produtivos, inclusive com vocação exportadora, como por exemplo, indústria metalmeccânica, papel, celulose, indústria pesqueira, silvicultura. Por outro lado, Aníbal Pinto repreendeu a rapidez pela qual o governo militar estaria promovendo o processo de privatizações no Chile. Para o autor, “*El proceso ha sido tan rápido y con tan mínima transparencia que, al tiempo de escribir estas notas - fines de 1986, es imposible formarse una idea clara y global del huracán privatizador*” (PINTO, 1987, p.126). Não menos importante, Aníbal Pinto advertiu que as privatizações estavam favorecendo grandes conglomerados financeiros estrangeiros, fomentando um processo de *extranjerización*.

Essa assertividade em discutir o papel do Estado de Aníbal Pinto tem claras pontes com o momento de relativa abertura política e preparativos para o retorno da democracia em um longo e conflituoso processo que vivia o Chile. O texto *Consensos, disensos y conflictos en el espacio democratico-popular* de 1983 é o mais sobressalente neste sentido (PINTO, 1983). Nesse trabalho, é possível evidenciar uma ponte intelectual que ligava a CIEPLAN e a CEPAL, em torno da formação de uma visão que combinava o papel do Estado e da industrialização a adaptações de acordo com a realidade da década de 1980. Com base nas discussões em torno da abertura política até aquele momento no Chile, o autor identificou áreas e aspectos de consensos e discordâncias no espectro

político mais à esquerda, para tornar viável uma alternativa “democrática e popular” ao regime, cuja viabilidade passaria pelas contribuições da esquerda socialista e dos partidos reformistas do centro, com destaque para o Partido Democrata-Cristão (PDC), além da subordinação das Forças Armadas ao poder civil e um protagonismo maior da Igreja.

O consenso das forças progressistas abarcaria, na visão do autor, a oposição integral e drástica do modelo econômico e social do regime, o compromisso com a ordem democrática. O objetivo primordial do novo regime seria o de atender as necessidades materiais, sociais e culturais da população (PINTO, 1983). Para se alcançar este objetivo, o autor foi consciente de que dentro do campo progressista havia diferentes caminhos. Porém, o autor esboçou, como possível solução, a congruência em torno de uma política de geração de emprego, reconstruindo setores tradicionais e estimulando os setores, agora reconhecidos, informais.

Segundo o autor, entretanto, esse projeto democrático exigiria cuidados. Em primeiro lugar, pontuou a necessidade de se manter os “equilíbrios básicos” da macroeconomia, como estabilidade nas variáveis de preços, renda, moeda, gastos públicos e divisas estrangeiras. Para ele, se as mudanças econômicas desconsiderarem esses equilíbrios *"el resultado seguro será una espiral inflacionaria y un desajuste externo que ninguna batería de expedientes administrativos (control de precios, subsidios, racionamiento extensivo, etc.) puede contener"* (PINTO, 1983a, p.118). Ademais, a industrialização conduzida pelo Estado deveria incorporar as “críticas positivas”, *"no contra la industrialización, claro está, sino que vis a vis diferentes aspectos y modalidades negativas de su traducción latinoamericana y chilena"* (p.122).

Neste ponto, ressaltamos a aproximação intelectual entre a CIEPLAN e a CEPAL, uma vez que Aníbal Pinto, para apresentar os aspectos críticos a serem absorvidos, se baseou em um trabalho intitulado *Industrialización y apertura externa: la perspectiva de la CEPAL*, apresentado em um congresso organizado pelo *Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo* (DESCO), do Peru. Nessa nova orientação, o autor entendeu que seria importante uma maior seletividade de setores no estímulo da industrialização e não um esforço generalizado como no passado. Também sinalizou que era fundamental ter em conta um maior realismo quanto o setor externo, *"admitiendo que su descuido constituyó en el pasado el flanco más vulnerable para su prosecución y solidez"* (PINTO, 1983a, p.123). Além disso, Pinto (1983a) enfatizou que se devia construir uma estratégia que evite *"las distorsiones de distinto grado y naturaleza acarreadas por una práctica proteccionista a ultranza que perduró más allá de las contingencias que pudieron imponerla en el pasado"* (p.123), mas que não caia nas experiências de liberalização externa radical, tal como na experiência chilena.

Esta é uma amostra do intercâmbio de ideias entre CEPAL e CIEPLAN em busca de uma nova síntese para o desenvolvimento econômico latino-americano, com grande interesse no Chile e com a incorporação de algumas críticas. Esse aspecto pode ser reforçado a partir da análise do papel

de Joseph Ramos. Em 1987, Ramos publicou na *Colección Estudios* um trabalho intitulado *Fuga de capitales en Chile: magnitud y causas*, em parceria com o pesquisador da CIEPLAN, José Pablo Arellano (ARELLANO; RAMOS, 1987). Os autores estimaram a magnitude da fuga de capitais no Chile no início da década de 1980 em menos de 1 bilhão de dólares no Chile (p.66), o que foi considerada baixa em relação às experiências de Argentina e Uruguai. Para explicar isso os autores relembram que ao contrário desses últimos países, no Chile, havia controle de capitais, o que exigia que permanecessem por pelo menos dois anos no país.

No contexto de liberalização comercial pós 1975, com a taxa de câmbio fixa e a progressiva sobrevalorização real do peso chileno, a deterioração da balança comercial fez aumentar a saída de capitais, mas, para além da alta taxa de juros, a alta confiança dos investidores na economia chilena provocou até 1981, que não houvesse registro de fuga de capitais no país. Segundo Arellano e Ramos (1987), os investidores exageraram a confiança na economia chilena, desconsiderando os problemas estruturais, como baixo investimento, taxa de juros alta, dívida externa alta, e etc. Quando houve a desvalorização da moeda em 1982, após um breve período de liberdade de movimentação, foi instituída novamente o controle de capitais, que encerrou a fuga.

A partir dessas experiências, não defendendo enfaticamente uma política de controles de capitais, os autores discutiram ponderadamente em quais contextos ela era útil e em quais não. Para os autores, a experiência chilena demonstrou que os controles de capitais não são necessários quando existe confiança na economia (situação até 1981) e tampouco os “[...] *controles por sí mismos no pueden sustituir por largo tiempo los equilibrios macroeconómicos básicos*” (ARELLANO; RAMOS, 1987, p.71-72). Explicita-se assim, tal como para Aníbal Pinto, a importância dos chamados equilíbrios macroeconômicos básicos, que remonta a ideia de cuidado com variáveis-chave da economia, como inflação, déficit público, taxa de câmbio, e etc. Por outro lado, enfatizaram o papel central dos controles de capitais em contextos de crise de confiança (como em 1982 e 1983).

A avaliação da política econômica do governo chileno por parte de um cepalino (também vinculado à CIEPLAN) não é mera consciência. A coautoria de autores de instituições diferentes foi assinalada na primeira nota de rodapé no artigo pela protocolar frase de que “*Las opiniones que aqui se expresan pertenecen exclusivamente a los autores y de ninguna manera reflejan las de las instituciones a las que ellos están asociados* (ARELLANO; RAMOS, p.63). Essa frase de caráter institucional não pode obscurecer o fato de que além da CIEPLAN, a CEPAL também se mobilizou institucionalmente para entender as experiências monetaristas que surgiram com as ditaduras militares do Cone Sul da América Latina.

4. Os caminhos não lineares para um novo paradigma da CEPAL e os laços com a CIEPLAN

A experiência neoliberal serviu como base para repensar as próprias categorias analíticas e as políticas econômicas recomendadas a partir do paradigma estruturalista. Isso foi particularmente

evidente nos casos da CIEPLAN e da CEPAL, com o nascimento do enfoque neoestruturalista. Morales e Monasterio (2020) argumentam que, apesar da CIEPLAN ter se notabilizado pelos estudos críticos à política econômica da ditadura, a partir do início da década de 1980, em meio à grave crise que afetou o Chile, ela foi fortalecida pela práxis política, a partir do início de um processo de reflexão intelectual, caracterizado por dimensões de continuidade e mudança. O centro de pesquisa continuou a se inspirar no estruturalismo, mas crescentemente atualizava suas ideias em função da própria realidade cambiante do monetarismo, forjando uma alternativa neoestruturalista, que ganharia força no retorno da democracia chilena em 1990, quando os membros da CIEPLAN assumiram um relevante papel como tecnocratas.

Essa alteração do centro de pesquisa em torno de uma revisão crítica e a favor de uma nova abordagem, tentou superar “*los falsos dilemas y las tensiones establecidas entre el estructuralismo cepalino y la imposición de las ideologías y metodologías neoliberales en Chile como en América Latina*” (MORALES; MONASTERIO, 2020, p.142). Em suma, o neoestruturalismo nasceu a partir uma “hibridização” teórica e política do estruturalismo da CEPAL e o monetarismo, revisando o papel do Estado, ressaltando o Mercado com um aliado que deve ser estimulado, promovendo maior atenção a temas urgentes daquele contexto como dívida externa e inflação, mudando o significado da inserção externa dos países latino-americanos, propondo a abertura comercial seletiva e um novo tipo de atitude frente ao conceito centro-periferia, que assumiu a forma de um plano de negociações a ser disputado, por meio do qual havia especial ênfase aos elementos internos das economias.

No mesmo período, é sabido e amplamente discutido que a CEPAL vivia um processo semelhante (LOVE, 1996; BIELSCHOWSKY, 2000; ROSENTHAL, 2004; VITAGLIANO, 2004; RODRÍGUEZ, 2009; BOIANOSVVKY, 2019) em função da oposição aos programas de ajustes da dívida externa e o desafio da ortodoxia neoliberal que se espalhava pelo mundo. A literatura também ressalta essa hibridização entre políticas econômicas inspiradas em distintos modelos teóricos, que se consagrou nos anos 1990. Por exemplo, Bielschowsky (2000) entende que a:

A CEPAL dos anos 1990 [...] Não colocou-se contra a maré das reformas, ao contrário, em tese tendeu a apoiá-las, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma ‘estratégia’ reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longos prazos. O ‘neo-estruturalismo’ cepalino recupera a agenda de análises e políticas de desenvolvimento, adaptando-a aos novos tempos de abertura e globalização (BIELSCHOWSKY, 2000, p.67).

Todavia, antes da década de 1990, quando se contextualiza a atuação da CEPAL durante o regime militar chileno, observa-se um duplo movimento, caracterizado, de um lado, por um interesse e crítica às experiências neoliberais do Cone Sul, com especial ênfase no caso chileno e, por outro lado, de apreciação dos aprendizados e incorporação de algumas dimensões em uma possível estratégia de desenvolvimento futura. É importante evitar um senso exagerado de antecipação linear. Na verdade, essa reflexão crítica era uma resposta da comissão aos novos contextos da década de

1970 e 1980 em geral, e o desafio político e ideológico imposto pela ditadura militar chilena. Assim, o processo de definição do aparato teórico e analítico da CEPAL não estava dado *a priori*.

Pode-se ver uma iniciativa institucional da CEPAL nesse sentido, a partir da publicação de um documento intitulado *Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur*, do economista Joseph Ramos, em 1984 (RAMOS, 1984). Tratava-se de um estudo gerado a partir de uma decisão institucional da Secretaria Executiva da CEPAL em 1980, que foi direcionada à *División de Desarrollo Económico*. Segundo o autor, essa decisão ocorreu porque “[...] *dada la influencia que estaban adquiriendo algunos postulados del neoliberalismo en varios países de la región, era importante proceder a una evaluación de este enfoque*” (RAMOS, 1984, p.1).

A CEPAL concebia essas experiências, não só para a elaboração de críticas, mas também aprendizados para a busca de um “novo paradigma” (IGLESIAS, 2001), na década de 1980. Ramos (1984, p.185) reconheceu que embora “*la crítica neoliberal a la estrategia de desarrollo que la antecedió en el Cono Sur bordea muchas veces lo caricaturesco - es decir, que la intervención estatal es mala e ineficiente per se -, habría también que admitir que tiene mucho de verdad*” e que o diagnóstico e as políticas “*apuntaban en la dirección correcta*” (p.186). Dentre os problemas da estratégia deliberada de industrialização, estariam o baixo crescimento econômico; a alta inflação; o protecionismo; a taxa de câmbio valorizada para importar matérias-primas e o desestímulo às atividades com vantagens comparativas; políticas de créditos que sobredimensionavam as plantas industriais; pouca preocupação com a disciplina fiscal; descuido em relação à distorção da alocação dos recursos em políticas de controle de preços; confiança exagerada na expansão do mercado interno, sem aproveitar as oportunidades de especialização produtiva, e etc (RAMOS, 1984, p.197-198).

Conforme Ramos (1984), essas questões serviriam para “*lecciones para el futuro*”:

La necesidad de establecer un justo equilibrio entre mercado y acción estatal, sobre la base de un diagnóstico realista de las virtudes y deficiencias de uno y otra constituye la gran lección de las experiencias económicas protagonizadas por los países del Cono Sur en el transcurso del último medio siglo. El logro de tal equilibrio configura el principal desafío a que habrá de hacer frente cualquier estrategia económica futura (RAMOS, 1984, p.198).

Esse trabalho de Joseph Ramos não foi meramente monocrático, tendo recebido comentários de vários outros economistas da CEPAL, como Reynaldo Bajraj, Manuel Balboa, Andrés Clement, Carlos Díaz de la Guardia, Norberto González, Rodolfo Hoffmann López, Carlos Massad, Sergio Molina, Héctor Soza, e Roberto Zahler. Além disso, o autor afirmou que a comparação se baseou em “*estudios de base sobre cada una de las tres experiencias*” (p.2), desenvolvidos por outros economistas da *División de Desarrollo Económico* e consultores da CEPAL, o que demonstra o esforço institucional da comissão para contrastar a força intelectual e política de ideias difundidas, não só no Chile, como em distintos países.

É fundamental notar que o estudo de base para o caso chileno, *Políticas económicas y procesos de desarrollo: la experiencia de Chile desde 1973* (TIRONI, 1981) foi encomendado pela CEPAL à Ernesto Tironi (RAMOS, 1984, p.130), um dos fundadores da CIEPLAN (FFRENCH-DAVIS; TIRONI, 1982). A confluência entre a CEPAL e a CIEPLAN e sua influência canalizada via relações interpessoais, possui outras evidências no trabalho de Joseph Ramos. O autor destacou o do “diálogo continuo, intenso e itinerante que he mantenido sobre estos temas a lo largo de los últimos años” (RAMOS, 1984, p.2) com diversos economistas da CIEPLAN, como René Cortázar, Ricardo Ffrench-Davis, Alejandro Foxley e Lovell Jarvis. Outros indícios dessa aproximação foram as constantes citações no documento de trabalhos publicados na *Colección Estudios CIEPLAN*.

Um atributo sociopolítico que facilitou essa integração dos economistas da CEPAL com os a CIEPLAN foi o espectro político vinculado ao Partido Democrata Cristão. Para Morales e Monasterio (2020, p.142) os economistas da CIEPLAN se tornaram um dos principais núcleos de oposição à ditadura chilena devido a “[...] *la afiliación y cercanía de varios de sus miembros con la Democracia Cristiana*”. A ligação com o mundo social católico foi fundamental na difusão dos seus trabalhos na imprensa, como na *Revista Mensaje*, “*valiéndose, por supuesto, de la red de difusión, de comunicación política y de solidaridad ofrecida por el Partido Demócrata Cristiano y al amparo de la Iglesia Católica*” (p.140). Os economistas cepalinos também mantinham vínculos com a Igreja Católica, publicando, por exemplo, na *Mensaje*. Além disso, Joseph Ramos participou entre 1968 e 1971 do grupo de sistemas e estudos econômicos da Academia de Humanismo Cristiano (AHC), da Igreja Católica (RAMOS, 2011) e Aníbal Pinto, ao lado de economistas importantes da CIEPLAN, como Patricio Meller e Oscar Muñoz, participou do Círculo de Economia da AHC em 1983, sobre Keynes (ACADEMIA DE HUMANISMO CRISTIANO, 1983).

Para explicitar outro canal de laços com a CIEPLAN, foca-se na figura de Roberto Zahler, que possuía uma aproximação com os membros da CIEPLAN, em parte devido também à sua filiação ao PDC. Roberto Zahler é um economista chileno que nasceu em 1948, se formou pela Universidade de Chile e fez mestrado e doutorado em Economia na Universidade de Chicago. Ele trabalhou na CEPAL entre 1978 e 1989 em vários cargos, principalmente, como Assessor Regional Principal em Política Monetária e Financeira. Saiu da CEPAL em 1988 para integrar o Conselho do Banco Central do Chile após a instituição da lei que instituiu a autonomia do banco e se tornaria Presidente da instituição entre 1991 e 1996, já sob os governos da *Concertación*. Zahler substituiu o também economista cepalino, Andrés Bianchi, que se tornou o primeiro Presidente do Banco Central autônomo, ainda em 1989.

Portanto, é sintomático o fato de que os dois primeiros presidentes do banco central independente no Chile tenham sido dois funcionários longamente vinculados à CEPAL. Segundo Huneus (p.448), ocorreu uma negociação entre o governo militar chileno e a oposição para formação

do conselho de cinco membros, tendo em vista a proximidade do fim do regime. Pinochet, a pedido da *Concertación*, indicou dois economistas da oposição, Roberto Zahler, do PDC, e Juan Eduardo Herrera do *Partido por la Democracia* (PPD). O governo também indicou dois membros de sua confiança, o General Enrique Seguel, ex- Presidente do Banco Central (1985-1988) e Ministro da Fazenda em 1989, e Alfonso Serrano, ex-Ministro do Trabalho e da Seguridade Social. Por fim, Andrés Bianchi foi indicado como membro independente, com aprovação de ambas as partes, que na época era Secretário Executivo Adjunto da CEPAL e contava com a simpatia do regime devido às suas opiniões sobre a disciplina fiscal (HUNNEUS, 2007, p.440).

O fato de que dois economistas cepalinos participaram do conselho e se tornaram presidentes do Banco Central, formatado institucionalmente a partir da influência de uma proposta ortodoxa, não deve ser encarada como surpresa ou contradição. Conforme Andrés Bianchi (2000), diretor da *División de Desarrollo Económico* da CEPAL entre 1975 e 1989 e Secretário Executivo Adjunto em 1989, a CEPAL dos anos 1970 e 1980 se transformou, por meio de uma atenção maior às políticas de curto prazo e à análise de temas monetários-financeiros. Em entrevista, Iglesias (2001) citou que a busca por um novo paradigma se deu também, por meio de uma novidade, os estudos monetários, com o apoio de Carlos Massad, Roberto Zahler e Nicolás Eyzaguirre. Para o ex-Secretário Executivo, apesar de que algumas pessoas terem visto essas mudanças como violação dos princípios cepalinos, isso teria ajudado no aumento da respeitabilidade do “mundo novo que estava chegando da economia ortodoxa”, de analistas econômicos, dos organismos internacionais e da opinião pública.

Sem dúvidas, as figuras de Roberto Zahler e Carlos Massad foram fundamentais nesses processos de mudanças institucionais e profissionais. Um fato que explica isso é que os dois obtiveram doutorado em Economia na Universidade de Chicago. Neste sentido, embora Rosenthal (2000) negue que a “Escola de Chicago” tenha chegado ao mesmo tempo que chegou ao Chile, pode-se qualificar melhor essa afirmação. A Escola de Chicago, se identificada caricaturalmente com os preceitos ideológicos do mercado livre — tal como defendidos na prática pelos *Chicago Boys*, *policy makers* do governo Pinochet (KLEIN, 2007) — de fato não chegou à CEPAL. Entretanto, há que matizar essa concepção em dois sentidos. Em primeiro lugar, a identificação única e exclusiva da Escola de Chicago com os preceitos ideológicos do neoliberalismo é problemática, porque, mesmo com uma certa predominância do monetarismo, a Universidade de Chicago não era monolítica (REDER, 1982; PECK, 2011). O segundo problema é que nem todos os estudantes chilenos, como Carlos Massad e Ricardo Ffrench-Davis (esses da turma original) e Roberto Zahler, eram adeptos às concepções de um mercado livre, embora tenham sido submetidos ao mesmo treinamento típico da Universidade de Chicago. Um atributo social fundamental para essa divergência desses estudantes chilenos, eram seus vínculos com o Partido Democrata-Cristão (VALDÉS, 1995).

É nesses termos contextualizados que se deve entender a importância e as pesquisas de Roberto Zahler, juntamente a Carlos Massad, no interior da CEPAL, que contribuíram para a entrada de um estilo profissional em consonância com os padrões da academia norte-americana em geral, e com o da Universidade de Chicago em particular. Embora não tenha trabalhado oficialmente na CIEPLAN, o economista manteve contatos importantes durante toda sua trajetória profissional com o restante da comunidade economistas chilenos e, em particular, com os membros da CIEPLAN, em parte devido à sua filiação ao PDC. Roberto Zahler teve seu discurso em um painel sobre a independência do Banco Central realizado no *Encuentro Anual de Economistas Chilenos* de 1987 transcrito na *Colección Estudios CIEPLAN* em 1987 (ZAhLER, 1987).

No discurso de Roberto Zahler no painel sobre a independência do Banco Central, Zahler (1987) elaborou diversos argumentos contrários a essa proposta de mudança constitucional por parte do regime militar. Dentre os argumentos contrários, cita-se que a criação de moeda no setor privado é também determinante na expansão monetária; a rigidez da política monetária e da instituição impediria respostas rápidas do governo em momentos das crises econômicas e financeiras, como a que ocorreu em 1982; a concentração excessiva de poder em um órgão sem responsabilização política e problemas de coordenação com as outras políticas econômicas do governo (ZAhLER, 1987). Anos depois, ao assumir a presidência do Banco Central independente, Roberto Zahler retificou: “*En el caso de nuestra institución se comprueba entre los especialistas de las más diversas inclinaciones ideológicas, un creciente acuerdo acerca de la conveniencia de disponer de un Banco Central autónomo*” (BIANCHI, 2008, p.16).

Explicar os motivos dessa aparente “contradição” auxilia a reforçar as críticas do autor aos *Chicago Boys* e suas políticas e a sua aproximação política com os economistas da CIEPLAN. Em primeiro lugar, deve-se entender o contexto da exposição do autor, em que sua fala no painel sobre a independência do Banco Central no evento, foi uma resposta ao primeiro expositor, Sérgio de la Cuadra — *Chicago Boy*, vice-presidente do Banco Central entre 1977 e 1981, presidente da instituição e Ministro da Fazenda em 1982 — quem defendeu vigorosamente a proposta de independência do banco (CUADRA, 1987). Em um contexto de conflito aberto entre governo e oposição sobre os rumos da redemocratização e dessa medida em particular, Zahler se manifestou contrário à visão oficial e sua publicação na revista da CIEPLAN não é desproposita, uma vez que neste momento esses economistas eram contrários ao projeto de lei. Em segundo lugar, muitas transformações ocorreram entre 1987 e 1989, quando Zahler adentrou ao conselho do banco. Conforme relatado por Andrés Bianchi (2008, p.11), houve uma solução de compromisso, encabeçada por Alejandro Foxley — economista da CIEPLAN e futuro Ministro da Fazenda — para formar um conselho pluralista, para ver na prática como a independência do Banco Central funcionaria.

Outro autor fundamental na interação de ideias entre a CEPAL e a CIEPLAN foi o economista Ricardo Ffrench-Davis. Ricardo Ffrench-Davis nasceu em 1936, se graduou em Engenharia Comercial na Universidade Católica do Chile e fez mestrado e doutorado em Economia na Universidade de Chicago, como estudante da primeira turma enviada da Universidade Católica para a Universidade de Chicago, em 1956, ao lado de outros *Chicago Boys* como Sérgio de Castro, Rolf Lüders e Pablo Baraona (VALDÉS, 1995, p.165; FFRENCH-DAVIS, TIRONI, 1982). Ffrench-Davis foi contratado pela Universidade Católica no início da década de 1960, mas se tornou um “*Chicago Boy* dissidente”, participando do centro de pesquisa que se tornaria a CIEPLAN a partir de 1976. O economista se tornaria um dos principais membros da CIEPLAN na crítica às políticas econômicas do regime militar chileno, assumindo o cargo de Diretor de Estudos do Banco Central no governo de Patricio Alwyn, em 1990 (SILVA, 1991).

O autor assumiria um papel fundamental na renovação das propostas e na elaboração de uma estratégia neoestruturalista no fim dos anos 1980. Todavia, desde o fim da década de 1970, o autor manteve contatos com a CEPAL, desempenhando um papel de tentar conciliar as ideias da CEPAL e as experiências de abertura comercial monetaristas. Ffrench-Davis (1979) publicou um artigo, intitulado *Exportaciones e industrialización en un modelo ortodoxo, Chile 1973-1978*, na Revista da CEPAL. Uma versão anterior do trabalho foi apresentada na *Reunión Informal sobre Industrialización y Desarrollo*, organizada pela CEPAL, em outubro de 1978. Neste trabalho, experiências exportadoras de sucesso como Coreia do Sul e Brasil, foram caracterizadas pelo complemento entre promoção das exportações e substituição de importações (com proteção seletiva), com um mercado interno e investimentos em expansão e estímulos por parte do Estado. Ao contrário, o Chile experimentou uma intensa mobilização de recursos naturais e um contexto de depressão da atividade econômica e liberalização irrestrita do comércio exterior. Assim, avaliando criticamente a experiência chilena e olhando para o futuro a partir de outras experiências, Ffrench-Davis (1979) entendeu que a superação da “etapa fácil da promoção de importações” no Chile requereria pragmatismo e um papel ativo do Estado e negociações com outros países e empresas transnacionais.

Além da evidência de que o trabalho tenha sido publicado por um economista da CIEPLAN na Revista da CEPAL, na verdade, as ligações entre o economista e a CEPAL, neste tema especificamente, são mais profundas do que à primeira vista. Em 1976, Ricardo Ffrench-Davis, ao lado de José Piñera — economista com doutorado pela Universidade de Harvard e Ministro do Trabalho e Seguridade Social (1978-1980), responsável pela elaboração e aprovação da reforma trabalhista, reforma da mineração e reforma da previdência que instituiu o regime de capitalização no Chile — trabalhou como Assessor Regional em Políticas de Promoção das Exportações da CEPAL. Em um documento de distribuição limitada — intitulado *Políticas de Promoción de Exportaciones en países en desarrollo* em um seminário sob o mesmo nome financiado pela CEPAL, pelo BIRF e

pelo PNUD — os autores buscaram uma ponderação de estratégias distintas, posicionando-se contra uma visão influente do passado “*en favor de la sustitución de importaciones, que culminó, por no considerar los costos del proceso, en una sobreprotección para algunos productos en desmedro de otros [...]*” (FFRENCH-DAVIS; PIÑERA, 1976, p.77).

5. O fortalecimento da convergência para o neoestruturalismo ao final da década de 1980

Embora não tenha sido um processo definido *a priori*, ao final da década de 1980 a revisão e renovação das ideias econômicas e sua concretude em termos de políticas econômicas, desagua, ao final da década de 1980, em uma abordagem alternativa, o neoestruturalismo. Nesse caminho de repensar o aparato conceitual da CEPAL face aos desafios e problemas dos anos 1970 e 1980, da América Latina em geral e do Chile em particular, deve-se salientar a importância fundamental dos trabalhos do economista cevalino Fernando Fajnzylber (1983; 1990). Todavia, argumenta-se que o neoestruturalismo cristalizou um longo processo de uma sociabilidade importante entre a CEPAL e a CIEPLAN, que se expressou em um intercâmbio de ideias, métodos e propostas.

No fim dos anos 1980, os vínculos entre Ricardo Ffrench-Davis e a CEPAL seguiram. Em 1987, o autor realizou uma consultoria para a Divisão Conjunta da comissão e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), sobre Indústria e Tecnologia (FFRENCH-DAVIS, 1987). O tema da consultoria foi a geração de vantagens comparativas e dinamismo industrial. O documento de circulação restringida versou sobre a realização da crítica sobre as ideias de livre comércio propagandeadas pelo “neoliberalismo”, que seriam consagradas modelo de Heckscher y Ohlin (H-0), segundo o qual o comércio e as vantagens comparativas, livre de intervenções estatais, promovem um padrão de comércio internacional eficiente (FFRENCH-DAVIS, 1987, p.4).

A proposta do autor foi oferecer uma alternativa capaz em torno de uma nova estratégia de desenvolvimento, denominada neoestruturalista, que propunha políticas seletivas para a aquisição de vantagens comparativas. Nas palavras do autor:

Luego del retroceso experimentado por el análisis del desarrollo económico, bajo el peso del monetarismo, a nuestro juicio corresponde retomar la tradición estructuralista, incorporándole una preocupación sistemática por el diseño de políticas económicas. Los equilibrios macroeconómicos, la coordinación del corto con el largo plazo, la concertación entre los sectores público y privados, la construcción de estructuras productivas y de gestión que tenga incorporadas en sí una mayor igualdad, y consideraciones respecto de estrategias y políticas que posibilitan una mayor autonomía nacional, son aspectos que poseen gran relevancia. Es lo que entonces puede denominarse de “neo-estructuralismo”. Su rasgo más destacado es el de políticas selectivas en contraposición con las políticas teóricamente “neutras” del neoliberalismo (FFRENCH-DAVIS, 1987, p.2).

Ffrench-Davis (1987), consciente dos limites e das dificuldades de se definir o que seria neoestruturalismo, em uma pequena seção do documento, intitulada *Esbozo de un plateamiento neo-estructuralista*, aborda problemas do estruturalismo e os avanços da nova estratégia. Segundo o autor,

o neo-estruturalismo bebia da fonte intelectual do estruturalismo, mas avançava no sentido de maior desenho, instrumentalização e implementação de políticas econômicas. Postulados estruturalistas continuariam centrais, como por exemplo, a heterogeneidade estrutural e a vinculação das economias latino-americanas ao exterior, a relevância das variáveis externas, a centralidade dos termos de intercâmbio, etc. Entretanto, para o autor, o estruturalismo foi insuficiente em aspectos como reconhecer a importância de políticas econômicas de curto prazo, os limites do déficit fiscal e da expansão monetária, e ainda, em oferecer instrumentos para a regulação do sistema financeiro (p.33).

Um ano depois, o autor publicou um artigo sob o mesmo título da seção na Revista da CEPAL, na qual retomava, expandia e sistematizava a proposta neoestruturalista, em oposição ao neoliberalismo. O neoestruturalismo, em sua visão, opunha-se, de forma concreta às experiências neoliberais das ditaduras do Cone Sul nos anos 1970 e 1980 e aos programas de ajuste da dívida externa. A estratégia neoestruturalista surgia como alternativa à:

argumentaciones y políticas aplicadas en el Cono Sur en los años setenta, y en tres o cuatro naciones latinoamericanas en los años ochenta (el caso más distintivo es el de Chile) [...] Síntesis del enfoque neoliberal son, por ejemplo: la nueva condicionalidad presente en el Plan Baker; el conjunto de planteamientos teóricos y de políticas que conforma el enfoque monetario de la balanza de pagos, y las propuestas de “profundización o liberalización financiera” (FFRENCH-DAVIS, 1988, p.39).

O fato de os autores retirarem aprendizagens das experiências liberais é notório. O neoestruturalismo teria “*componentes comunes con el enfoque contrapuesto. Un ejemplo crucial es el de la presencia del mercado. No se trata de que se le acepte o se le rechace, sino de la dosificación que se le otorgue [...] (p.38).*” A importância dessa publicação de Ricardo Ffrench-Davis sobre o neoestruturalismo na Revista da CEPAL em 1988 não é um indício isolado. O autor relatou, recentemente, outra iniciativa importante organizada por Osvaldo Sunkel:

[...] Sunkel convocó a un grupo de destacados economistas de América Latina para pensar y analizar, en conjunto, los desafíos del desarrollo de una región que venía saliendo de la crisis de la deuda y un Chile que retornaba a la democracia; tuve el honor de participar en esa actividad. Fueron diálogos muy motivadores y fructíferos, pues el conjunto de especialistas avanzaba desde el estructuralismo hacia el neoestructuralismo, para enfrentarse sólidamente con el neoliberalismo que campeaba en Washington y en varios países de la región y en ámbitos académicos, empresariales y públicos (FFRENCH-DAVIS, 2019, p.61).

As discussões no referido grupo deu origem à publicação intitulada *Development from Within: towards a neostructuralist approach for Latin America* (SUNKEL, 1993). O grupo, financiado pelo *International Development Research Centre of Canada*, foi organizado de forma deliberada e estratégica, com vistas a contrastar as ideias neoliberais, implementadas de diversas formas na década de 1980 e influenciadas pelo retorno da democracia no Chile. Foi composto por economistas da CEPAL, como Osvaldo Sunkel, Nicolo Grigo, Joseph Ramos, Nora Lusting, Ennio Rodríguez, José Antônio O’Campo (além de Victor Tókman do PREALC), e também economistas da CIEPLAN,

como por exemplo, Ricardo Ffrench-Davis e Oscar Muñoz (SUNKEL, 1993, p.425-428). Isso reforça o fato de que a publicação de economistas da CEPAL e da CIEPLAN, sob o mesmo enfoque, era permeada por uma rede subjacente, de natureza interinstitucional e interpessoal.

Essa convergência entre os autores cepalinos e da CIEPLAN para a discussão do neoestruturalismo pode ser reforçada pelo fato de que, o número 34 da Revista da CEPAL, no qual o artigo de Ricardo Ffrench-Davis foi publicado, foi em grande parte, reservado à discussão de um novo enfoque teórico alternativo. Quase que sincronicamente, apenas um mês antes, em março, a CIEPLAN, publicou um número da *Colección Estudios* exclusivamente dedicado ao tema do neoestruturalismo, do qual, autores com ligações institucionais com a CEPAL, como Roberto Zahler (ZAhLER, 1988), e Carlos Ominami — economista do Programa de Relações Internacionais da América Latina da CEPAL e, ao mesmo tempo, da área de Economia e Relações Internacionais da CIEPLAN (OMINAMI, 1988, p.87) — contribuíram (OMINAMI, 1988).

Ambos os autores cepalinos, ainda que não discutam explicitamente o neoestruturalismo, em termos teóricos, abordam criticamente determinados temas centrais das experiências neoliberais — as reformas financeiras no caso de Zahler (1988) e a desindustrialização e a abertura comercial em de Ominami (1988) — dos quais reflexionam para a proposição de novas políticas econômicas.

No artigo intitulado *Estrategias financieras latinoamericanas: la experiencia del Cono Sur*, Zahler (1988) analisou de forma sistemática as reformas financeiras implementadas na Argentina, no Chile e no Uruguai entre a segunda metade da década de 1970 até a crise econômica de 1982, que afetou o conjunto desses países. Essas reformas enfrentaram a percepção de uma “repressão financeira”, como parte indissociável da industrialização, que impunha ao sistema financeiro uma série de ineficiências e controles (ZAhLER, 1988, p.118). Para o autor, as reformas financeiras implementadas no Cone Sul, geraram outros problemas e ineficiências: aumento da especulação financeira de curto prazo, sem ser capaz de desenvolver um mercado de capitais de longo prazo; aumento da poupança externa, ao passo que a doméstica e os investimentos caíram, principalmente no Chile, em função dos estímulos ao consumo e as diferenças que perduraram entre as taxas de juros internas (mais elevadas) e as externas. Portanto, desregular e implementar uma taxa de juros “livre” não seria condição suficiente para um sistema financeiro equilibrado.

Mesmo com essa avaliação crítica profunda, Zahler não condenou, em si, a tentativa de um sistema financeiro mais liberalizado. O autor acreditava que uma reforma financeira deste tipo era possível sem que apresentem “*los graves inconvenientes observados en las experiencias recientes del cono sur*” (ZAhLER, 1988, p.138). Ele estabeleceu quatro áreas de atenção para novas políticas: 1) Em primeiro lugar, propôs o controle dos desequilíbrios macroeconômicos antes da implementação das reformas financeiras, evitando a inclinação para o uso da taxa de câmbio como instrumento anti-inflacionário; 2) A segunda área corresponderia ao papel do Estado e a relação com o setor financeiro,

que deveria ser regulamentado, além de regular a concentração bancária e de empresas por parte de um mesmo grupo econômico. O Estado também deveria atuar por meio de bancos estatais e intervenção em bancos privados, a fim de sanar imperfeições do sistema financeiro; 3) A terceira área correspondia a um marco mais geral de políticas econômicas que devem dar uma sustentabilidade e coerência às reformas financeiras. Em sua avaliação, o mercado de crédito, em sua essência, apesar de “livre”, absorveu na sua formação de preços e distribuição de recursos, os desequilíbrios de outras variáveis e outros mercados. Assim para que uma reforma financeira em um marco mais liberalizante pudesse gerar resultados satisfatórios seria necessário eliminar rigidezes das variáveis e atuar nos equilíbrios macroeconômicos básicos. Portanto, seriam importantes o controle da inflação e uma política fiscal coerente, o incentivo ao investimento, desincentivo ao consumo e a desvalorização da moeda nacional para elevar as exportações; 4) Por fim, destaca-se, como quarta área, a velocidade e a profundidade da reforma financeira, na qual seria importante uma desregulação gradual. Uma desregulação rápida tendia a incentivar mais o consumo do que a poupança e o investimento, inibindo assim uma integração financeira harmoniosa com o exterior.

Esse artigo publicado na *Colección Estudios Cieplan* se articula de forma notável com o intenso trabalho de Roberto Zahler, no interior da CEPAL, onde, contando com a parceria de Carlos Massad (MASSAD; ZAHLER, 1984), desenvolveu uma série de estudos a respeito do sistema financeiro internacional, do endividamento externo os programas de ajuste de dívida externa, a das políticas econômicas neoliberais, com especial foco no Chile (ZAHLER, 1980;1986).

O estudo de Carlos Ominami analisou comparativamente a crise e a desindustrialização de Argentina, Brasil e Chile. Nessa comparação, a Argentina seria o caso mais problemático, de profunda desestruturação do setor industrial, uma verdadeira *esclerosis industrial* (OMINAMI, 1988, p.97). No outro extremo, estaria o modelo de desenvolvimento do Brasil, com um Estado mais atuante e uma melhor organização intersetorial e inserção internacional da sua indústria. Por fim, o Chile seria um caso intermediário, pois o setor industrial chileno se especializou em novas linhas industriais, entretanto, caracterizados por um baixo valor agregado e intensivos em recursos naturais, como o azeite de peixe, celulose, sem articulações densas com outros setores.

Essas diferenças foram explicadas pelo tamanho de cada economia e “*la aplicación en Chile y Argentina de políticas neoliberales de fuerte sesgo antiindustrialista*” (p.89). Porém, para o autor, o mais importante, foi que as experiências se diferenciaram pelas respostas governamentais e a atuação no setor privado: a esclerose industrial da Argentina era devido a passividade do governo em promover políticas industriais associada à falta de dinamismo do setor industrial em função dos efeitos deletérios da crise e o não surgimento de novas lideranças industriais. No caso do Brasil, o autor enfatizou o peso do Estado e a participação mais sincronizada das lideranças do capital nacional e estrangeiro a essa estratégia. Por fim, no caso do Chile, o setor industrial chileno se notabilizou pela

escassa resistência às políticas de abertura comercial, graças à degradação do consenso industrial durante o governo da Unidade Popular e a forma violenta por meio das quais as políticas econômicas foram aplicadas, bem como o alinhamento da oficialidade ao receituário do FMI nos anos 1980.

Este diagnóstico, claramente desfavorável às ideias liberalizantes, foi motivado por uma preocupação com o desenho de novas políticas econômicas para o futuro. A crise pela qual passavam os países latino-americanos foi vista como uma “*oportunidad para construir un nuevo estilo de desarrollo y una nueva industria latinoamericana*” (OMINAMI, 1988, p.112). Essa crise teria particularidades históricas, porque ao contrário da Grande Depressão de 1930 que rapidamente delineou um novo modelo de desenvolvimento, a crise da década de 1980 não esboçou sinais *claros* “*que anuncien la emergencia de un nuevo modelo de desarrollo capaz de incorporar en forma progresiva todas las potencialidades resultantes de la innovación y el viraje tecnológico*” (OMINAMI, 1988, p.112). Mesmo sem um programa claramente definido, o autor destacou que “*restaron a la corriente industrialista la posibilidad de oponer una resistencia maciza a la impugnación neoliberal*” (p.113). Essa resistência, mais restrita ao campo acadêmico, estaria trazendo ao debate uma sorte de temas, revalorizando o papel da indústria como o setor por excelência de incorporação do progresso técnico, a necessidade de políticas industriais específicas, substituição seletiva de importações, integração regional, inserção internacional, e etc. Entretanto, ele ponderou que a inserção desses temas nas esferas decisórias governamentais demoraria em função do debate concentrado em temas de ajuste da dívida externa e inflação.

Evidentemente, as discussões sobre o neoestruturalismo levavam em conta os debates da dívida externa dos países latino-americanos nos anos 1980. Neste sentido, na mesma revista da CIEPLAN, foi publicado um texto do economista da instituição, Patricio Meller, sobre a dívida externa e os condicionalidades do FMI e do Banco Mundial (MELLER, 1988), que foi republicado em outra edição da Revista da CEPAL no ano seguinte (MELLER, 1989). Patricio Meller realizou uma revisão crítica do papel do FMI e do Banco Mundial nos processos de ajuste da dívida externa, defendendo a alternativa do “ajuste com crescimento” porque a América Latina estaria realizando uma alta transferência de recursos líquidos para o exterior, a um custo elevadíssimo em termos de crescimento econômico e impactos distributivos. Um problema central seria a “dupla condicionalidade” do FMI e do Banco Mundial, porque esta última instituição estaria desviando de seus propósitos de auxílio ao combate da pobreza e financiamento de projetos de investimento.

O autor então elaborou propostas para mudanças dessas condicionalidades, de modo que seja compatível com a proposta latino-americana de ajuste de crescimento (dentro da qual a CEPAL tinha grande influência em sua elaboração), que seria inspirada nas experiências exportadoras bem-sucedidas da Ásia, que envolvia promoção de exportações com um setor público atuante no comércio exterior, nas transações financeiras e na definição de créditos e áreas de interesse para o investimento

privado. Assim, ele propôs que o reajustamento dos programas para evitar o impacto recessivo, por meio, por exemplo, de cotas adicionais de crédito quando as variáveis reais da economia ultrapassassem determinados níveis; que os países latino-americanos elaborassem seus próprios programas de ajuste em nível interno, levando em consideração os objetivos socioeconômicos de cada sociedade; que as condicionalidades correspondessem apenas às variáveis externas, em moeda estrangeira (condicionalidade em dois níveis), relaxando as metas internas.

Nessa discussão e para os apontamentos da relação entre a CEPAL e a CIEPLAN, deve-se ter o cuidado de não ser anacrônicos, evitando sugerir que o neoestruturalismo cepalino dos anos 1990 ou a estratégia econômica, na proposição prática de políticas, do governo democrático chileno da *Concertación* correspondia exatamente às propostas da CEPAL e da CIEPLAN nos anos anteriores. Pelo contrário, o neoestruturalismo agrupava propostas que combinava diferentes fontes teóricas, situando-se em um meio termo, podendo nomear qualquer ponderação entre os distintos elementos, de acordo com a preferência de ordenação dos economistas. Por exemplo, como nos relembra Rodríguez (2009, p.511), esse termo era comumente utilizado também por economistas brasileiros e argentinos que analisavam o problema da inflação na década de 1980, propondo enfoques alternativos, vinculados supostamente à tradição estruturalista.

6. Considerações finais

O argumento proposto no artigo foi que durante o regime militar chileno, a CEPAL e a CIEPLAN mantiveram uma fervescente sociabilidade teórica, intelectual, política e ideológica, atuando na problematização das transformações socioeconômicas produzidas pelos *Chicago Boys* e suas ideias liberalizantes. Os economistas dessas instituições construíram uma rede interinstitucional e interpessoal, que se expressou de diferentes formas, como por filiações simultâneas nas duas instituições, na publicação de trabalhos em coautoria, ou trabalhos individuais em veículos de divulgação científica da outra instituição, participação dos economistas cepalinos em eventos da CIEPLAN e vice-versa e trabalhos encomendados por parte da CEPAL à economistas da CIEPLAN em temas como abertura comercial, intervenção governamental, pobreza, políticas sociais, etc.

Todo esse intercâmbio intelectual e político, em torno de ideias e propostas alternativas durante as décadas de 1970 e fundamentalmente 1980, certamente se relacionava não somente ao caso do Chile, se referindo também ao conjunto de transformações e dilemas do desenvolvimento econômico que afetavam toda a América Latina. Entretanto, o artigo demonstrou como o caso chileno se tornou um marco para a reflexão econômica dessas instituições. A influência do contexto político chileno, o pertencimento ou proximidade de vários de vários membros de ambas as instituições ao PDC e a Igreja Católica, facilitaram a construção dessa sociabilidade.

Neste sentido, concretamente a CEPAL foi influenciada pelo contexto da ditadura militar chilena, e ao articular interações com a CIEPLAN, também se posicionou de forma opositora às

políticas econômicas da ditadura, construindo uma ponte para se pensar um enfoque alternativo de desenvolvimento econômico latino-americano, que recebeu o nome de neoestruturalismo ao final da década de 1980. Uma importante observação da contestação às ideias econômicas dos *Chicago* se relaciona à própria dinâmica da profissionalização da Economia enquanto disciplina acadêmica. Assim como a CIEPLAN, a CEPAL, ainda que tivesse menor influência e mudando bastante em relação aos anos 1950 e 1960, também contava com economistas que cursaram pós-graduação em Economia nas principais universidades americanas de elevado prestígio.

Referências

Fontes primárias

ACADEMIA DE HUMANISMO CRISTIANO. *J.M Keynes a cien años de su nacimiento*. Santiago, 1983

ARELLANO, José Pablo; RAMOS, Joseph. Fuga de capitales en Chile: magnitud y causas. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 22, p. 63-76, 1977.

ARELLANO, José Pablo. *Gasto público social y pobreza en América Latina*. Santiago: CEPAL, 1981. E/CEPAL/PROY.1/R.48

BIANCHI, Andrés. La Autonomía del Banco Central de Chile: Origen y Legitimación. Santiago, *Documentos de Política Económica (Banco Central de Chile)*, n. 26, 25p, 2008.

BIANCHI, Andrés. La CEPAL em los años setenta y ochenta. In: CEPAL. *La CEPAL en sus 50 años: notas de un Seminario Conmemorativo*. Santiago: CEPAL, p. 43-52, 2000.

BIBLIOTECA DE LA CEPAL. *Indice de revistas que se reciben regularmente en la biblioteca*. Santiago: CEPAL, 1981. E/CEPAL/BIB/L.24.

BOIANOVSKY, Mauro. Macroeconomía a la latinoamericana: Sunkel y la búsqueda de un modelo estructuralista. In: BÁRCENA, Alicia; TORRES, Miguel. *Del estructuralismo al neoestructuralismo: la travesía intelectual de Osvaldo Sunkel*. Santiago: CEPAL, p. 77-94, 2019.

CEPAL. *Informe anual (7 de mayo de 1976 - 6 de mayo de 1977)*. Nueva York: Naciones Unidas, v.1, 262 p, 1977.

CEPAL. *Programa de Cooperación entre organismos de planificación, 1978-1979*. Santiago: CEPAL, 1978.

CEPAL. *Reunión de expertos sobre Crisis y Desarrollo de América Latina y el Caribe*. Documento de Sala de Conferencias n 20. 2 de mayo de 1985. Santiago: CEPAL, 1985.

CEPAL. *Transformación productiva con equidad: La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Naciones Unidas: Santiago, 180p, 1990.

CEPAL Una estimación de la magnitud de la pobreza en Chile, 1987. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.31, p.107-129, 1991.

CUADRA, Sérgio de la. Exposición de Sérgio de la Cuadra. Panel sobre la independencia del Banco Central. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.22, p.177-179.

FAJNZYLBBER, Fernando. *La industrialización trunca de América Latina*. México: Editorial Nueva Imagen, 1983.

FAJNZYLBBER, Fernando. *Industrialización en América Latina: de la caja negra" al" casillero vacío"*. Naciones Unidas: Santiago: Cuadernos de la Cepal, n.60, 1990.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; TIRONI, Ernesto. *Latin America and the New International Economic Order*. London: Macmillan Press, 1982.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo Esbozo de un planteamiento neoestructuralista. *Revista de la CEPAL*. *Revista de la CEPAL*, n.34, p.37-44, 1988

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Exportaciones e industrialización en un modelo ortodoxo: Chile, 1973-1978. *Revista de la CEPAL*, v.9, n.3, p. 99-119, 1979.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Generación de ventajas comparativas y dinamismo Industrial*. Santiago: CEPAL, 59p, 1987. LC/R. 559.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; PIÑERA, José. Políticas de promoción de exportaciones en países en desarrollo. *Seminario sobre Políticas de Promoción de Exportaciones*. Santiago: CEPAL/ONUDI, 77p, 1976. ST/CEPAL/Conf.59/L.2.

FOXLEY, Alejandro. A focal point in the discussion on the strategy of growth with equity In: *International Labour Organization (ILO). PREALC, 25 years*, p.81-82, 1993.

IGLESIAS, Enrique V. Oral history interview with Enrique Iglesias, 2001. *United Nations Intellectual History Project*. New York, Ralph Bunche Institute for International Studies, The Graduate Center, University of New York, 3 recordings, 267 min, nov.2001. Entrevista concedida a Louis Emmerij.

MASSAD, Carlos; ZAHLER, Roberto. El proceso de ajuste en los años ochenta: la necesidad de un enfoque global. *Revista de la CEPAL*, n.23, p.85-110, 1984.

MELLER, Patricio. America Latina y la condicionalidad del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.23, p.195-237, 1988.

MELLER, Patricio. En torno a la doble condicionalidad del FMI y del Banco Mundial. *Revista de la CEPAL*, n. 37, p.73-87, 1989.

OMINAMI, Carlos. Desindustrialización y reestructuración industrial en América Latina: los ejemplos de Brasil, Argentina y Chile. *Colección Estudios CIEPLAN*, v. 23, p. 87-115, 1988.

PINTO, Aníbal. Consensos, disensos y conflictos en el espacio democrático-popular. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 10, p. 113-124, 1983.

PINTO, Aníbal. Estado y gran empresa: de la precrisis hasta el gobierno de Jorge Alessandri. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 16, p. 5-40, 1985.

PINTO, Aníbal. La ofensiva contra el estado-económico. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 21, p. 117-127, 1987.

RAMOS, Joseph. Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur. Santiago: CEPAL, *División de Desarrollo Económico*, 233p, 1984.

ROSENTHAL, Gert. Oral history interview with Gert Rosenthal, 2001. *United Nations Intellectual History Project*. New York, Ralph Bunche Institute for International Studies, The Graduate Center, University of New York, 2 recordings, 214 min, jan. 2001. Entrevista concedida a Thomas George Weiss.

TIRONI, Ernesto. *Políticas económicas y procesos de desarrollo: la experiencia de Chile desde 1973*. CEPAL, 1981.

TIRONI, Ernesto. *Políticas gubernamentales contra la pobreza: el acceso a los bienes y servicios básicos*. Santiago: CEPAL, 97p, 1979a.

TIRONI, Ernesto. *Políticas gubernamentales contra la pobreza: el acceso a los bienes y servicios básicos*. Colección Estudios CIEPLAN, v.2, p.76-140, 1979b.

VERGARA, Pilar. *Naturaleza, localización geográfica y condicionantes fundamentales de la pobreza rural*. Santiago: ILPES/CEPAL, 226p, 1977.

ZAHLER, Roberto. Estrategias financieras latinoamericanas: la experiencia del Cono Sur. *Colección estudios CIEPLAN*, n. 23, p. 117-143, 1988.

ZAHLER, Roberto. Exposición de Roberto Zahler. Panel sobre la independencia del Banco Central. *Colección Estudios CIEPLAN*, v.22, p.179-184, 1987.

ZAHLER, Roberto. Políticas recientes de liberalización y estabilización en los países del Cono Sur: el caso chileno, 1974-1982. In: CEPAL. *América Latina: sistema monetario internacional y financiamiento externo*. Santiago: PNUD/CEPAL, p.305-342, 1986. RLA/77/021.

ZAHLER, Roberto. Repercusiones monetarias y reales de la apertura financiera al exterior: el caso chileno, 1975-1978. *Revista de la CEPAL*, n.10, p.137-164, 1980.

Bibliografía

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000, v. 1, p. 13-68, 2000.

DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986): A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Economic reforms in Chile: From dictatorship to democracy*. 2ª ed, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan 2010.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Osvaldo Sunkel y el desarrollo o crecimiento incluyente. In: BÁRCENA, Alicia; TORRES, Miguel. *Del estructuralismo al neoestructuralismo: la travesía intelectual de Osvaldo Sunkel*. Santiago: CEPAL, 2019, p. 59-76, 2019.

GÁRATE, Manuel. El nuevo estatus del economista y el papel de los think tanks en Chile: el caso de Cieplan. In: ARIZTÍA, Tomás (ed.). *Produciendo lo social*. Usos de las ciencias sociales en el Chile reciente. Santiago: Universidad Diego Portales, 2012.

- KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine: The rise of disaster capitalism*. New York: Metropolitan Books/Henry Hold and Company, 2007.
- LOVE, Joseph. Economic Ideas and Ideologies in Latin America since 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MORALES, Juan Jesús. Dominación filantrópica y gobernabilidad democrática: el caso de la Fundación Ford y CIEPLAN en Chile (1976-1990). *Historia* (Santiago), v. 51, n. 1, p. 141-163, 2018.
- MORALES, Juan Jesús; FUENTES, Camilo Garber. El consenso económico-social democrático fue posible. El papel de los economistas de Cieplan en el Chile de la transición (1988-1991). *Millcayac-Revista Digital de Ciencias Sociales*, v. 4, n. 7, p. 71-94, 2017.
- MORALES, Juan Jesús; MONASTERIO, Roberto Ibacache. Democracia, sociedad y neoestructuralismo en el Chile de la transición (1988-1994): el papel de los economistas da la CIEPLAN. In: FALERO, Alfredo; QUEVEDO, Charles; SOLER, Lorena (coords.). *Intelectuales, democracia y derechas*. Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, p. 131-159, 2020.
- MAILLET, Antoine; TORO, Sergio; OVILARES, Alejandro; RODRÍGUEZ, María Ignacia. *Los monjes fuera del monasterio: CIEPLAN y su producción intelectual durante cuatro décadas de política chilena*. *Política. Revista de Ciencia Política*, v. 54, n. 1, p. 189-218, 2016.
- MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: Arcis universidad, 1997.
- PECK, Jamie. Orientation: In Search of the Chicago School. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. *Building Chicago economics: New perspectives on the history of America's most powerful economics program*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- REDER, Melvin Warren. Chicago economics: permanence and change. *Journal of Economic Literature*, v. 20, n. 1, p. 1-38, 1982.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *O Estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ROSENTHAL, Gert. ECLAC: a commitment to a Latin American way toward development. In: BERTHELOT, Y (org.). *Unit and diversity in development ideas: perspectives from the UN Regional commissions*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, p.168-232, 2004.
- SILVA, Patricio. Technocrats and politics in Chile: from the Chicago Boys to the CIEPLAN Monks. *Journal of Latin American Studies*, v. 23, n. 2, p. 385-410, 1991.
- SUNKEL, Osvaldo. *Development from Within: towards a neostructuralist approach for Latin America*. Boulder: Lunne Rienner, 1993.
- VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economists: the Chicago School of economics in Chile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- VITAGLIANO, Luís Fernando. *A Cepal no Fim do Milênio: A resposta aos "programas de ajustes" neoliberais*. 2004. 270f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2004.